







A FRONTEIRA E O MEIO AMBIENTE: DESAFIOS TRANSFRONTEIRIÇOS

<u>CAROLINA KUBASKI</u>1; MAURÍCIO PINTO DA SILVA2;

¹Universidade Federal de Pelotas/CIM/Curso de Gestão Ambiental/Discente – carolinakubaski @hotmail.com 2Universidade Federal de Pelotas/CIM/Curso de Gestão Ambiental/Orientador—mauriciomercosul @gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A concepção de fronteira está nitidamente associada às disputas, controle pelo Estado, perda da liberdade de ir e vir e também às guerras. Nos últimos anos, identificam-se mais intensamente diversas áreas do conhecimento debatendo a temática fronteirica, remetendo a esta, significados distintos entre a perspectiva tradicional e a crítica. Nesse contexto, a perspectiva tradicional atribui à fronteira um sentido ligado mais a demarcação do solo, território e à apropriação desse espaço pela sociedade. A fronteira também traz em seu bojo uma diversidade de sentidos e aponta para os significados construídos em distintas realidades sociohistóricas. Tradicionalmente, os estados atribuem à fronteira um sentido relacionado apenas à demarcação do solo, limite do território, cabe destacar que as áreas de fronteira sempre foram espaços sensíveis aos estados, pois nesta se contatam interesses soberanos distintos. De acordo com o geógrafo francês Lapradelle, na fronteira "tocam-se fisicamente" interesses soberanos, valores culturais, línguas e economias diferentes, o que torna inevitável uma interpretação que resulta, muitas vezes, num jogo de interesses. Nesse contexto, pode-se dizer que as questões ambientais transcendem a nacionalidade natural, pois um dano ambiental ou não é restrito aos limites jurídicos e políticos de um Estado, especialmente no que tange a água e ao ar, bens indispensáveis à sadia qualidade de vida e de interesse de todos. Assim, este trabalho tem o objetivo de apresentar os estudos iniciais dos desafios da gestão do meio ambiente em áreas de fronteira entre países.

2. METODOLOGIA

Neste estudo inicial, o trabalho desenvolveu-se principalmente a partir de pesquisa bibliográfica. Esta prática permitiu o estudo e discussão de temas como fronteira e a temática ambiental. Destaca-se que a pesquisa bibliográfica tem sido utilizada com grande frequência em estudos exploratórios ou descritivos, casos em que o objeto de estudo proposto é pouco estudado, tornando difícil a formulação de hipóteses precisas e operacionalizáveis. Portanto, a pesquisa bibliográfica possibilita um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações, auxiliando também na construção, ou na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto (GIL, 1994).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os povos primitivos não exibiram a necessidade de estabelecer limites ou fronteiras para as suas relações, pois naquela época os núcleos geo-históricos eram esparsos em um mundo despovoado. O significado do termo fronteira tem origem na palavra latina *'fronteria'* ou *'frontaria'* que significa a parte do território









localizado nas margens. Com o tempo, este conceito passou a indicar 'confim territorial' e 'limite' que separa duas regiões podendo ser de ordem material ou simbólica. Seu dinamismo, função e implicações políticas têm sido intensivamente examinados através dos tempos por inúmeros autores e por diferentes escolas geopolíticas e geográficas. O fator estratégico-militar explica, na maioria dos países, a severidade da legislação sobre fronteiras. A concepção de fronteira está nitidamente associada às disputas, controle pelo Estado, perda da liberdade de ir e vir e também às guerras. Contudo, nos últimos anos, identificam-se mais intensamente diversas áreas do conhecimento debatendo a temática fronteiriça, remetendo a esta, significados distintos entre a perspectiva tradicional e a crítica. Nesse contexto, a perspectiva tradicional atribui à fronteira um sentido ligado mais a demarcação do solo, território e à apropriação desse espaço pela sociedade. Para Nogueira (2007, p.29) "as origens políticas do conceito de fronteira estão associadas à própria formação dos Estados-nacionais, que no processo de consolidação tiveram, e ainda tem que demarcar claramente linhas divisórias, visto implicar da ordem, da norma e do poder instituído". De acordo com Mattos (1990, p.05) "a organização política do planeta está fundamentada na compartimentação do espaço entre Estados soberanos". Assim, a história registra, em todas as épocas, o zelo inexcedível dos Estados na preservação. manutenção e defesa de seus direitos territoriais. Esta prática permanente impõe a delimitação clara dos territórios nacionais, a fim de que sejam evitadas dúvidas perturbadoras e conflitivas, cuja existência tem sido a razão da maioria dos conflitos internacionais (MATTOS, 1990). Assim, as fronteiras podem ser delimitadas fisicamente (com muros ou cercas), embora não seja sempre esse o caso, daí se falar de convenção: os diferentes países acordam entre eles até onde chegam os seus respectivos limites; ao atravessar esse limite (a fronteira). entra-se no território do país vizinho. As fronteiras podem ser terrestres, mas também existem fronteiras marítimas, fluviais, lacustres (junto de lagos) e mesmo aéreas. Ao tomarmos a fronteira brasileira como exercício de análise, observa-se que esta é resultante de um processo que teve como base a preocupação do Estado com a garantia de sua soberania e a independência nacional. No Brasil, a faixa de fronteira, com seus 150 km, confirmaram-se na Constituição Federal de 1988. De acordo com o Capítulo II, artigo 20 da Constituição em vigor, as normas para a utilização desta faixa devem ser reguladas por lei federal de modo a defender o interesse e a soberania nacional. Observa-se, nesta breve revisão sobre o tema fronteira, que as concepções mais conservadoras apresentam-na significando uma barreira, um limite ou descontinuidade de um território. Contudo, estas visões, dadas às transformações em curso mundial tornam-se parciais, reducionistas, e, por isso, faz-se necessário buscar novos referenciais ao tratar o principalmente diante das alterações significativas na organização econômica, social, política e ambiental do mundo contemporâneo. Nesse contexto, os recursos naturais, bem como a gestão transfronteirica dos bens ambientais em áreas de fronteira se constituem em grandes desafios na atualidade. Tomando como exemplo as fronteiras do Prata, que compreendem cinco países sul-americanos - Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai região de disputas territoriais seculares, foram os grandes rios que predominaram na demarcação dos limites internacionais. O rio Paraná, mais importante em volume e extensão, corre em território argentino e constitui-se em rio de fronteira entre a Argentina e o Paraguai (690 km) e entre o Brasil e o Paraguai (189 km), sendo que 620 km do seu curso correm inteiramente no território brasileiro. O rio Paraguai (2.935 km) nasce no planalto mato-grossense brasileiro e serve de fronteira entre o Brasil e a Bolívia (40 km); logo abaixo da confluência com o rio









Apa, corre totalmente em território paraguaio até a capital, Assunção. O rio Uruguai (1.579 km) atravessa o território brasileiro e serve de fronteira entre o Brasil e a Argentina (609 km), sendo que ao sul constitui-se numa fronteira entre o Uruguai e a Argentina (490 km). Nesse contexto, o rio internacional pode ser compreendido como aquele que delineia ou cruza a fronteira entre nações. Por exemplo, quando um rio é estabelecido como a fronteira entre duas nações, é definido como um rio compartido ou rio fronteirico. Quando um rio corre do território de um país para o território de outro país é considerado um rio sucessivo. Outra situação é quando margeia ou atua como fronteira política é, também, chamado rio contíguo. Os rios e lagos que atuam como fronteiras políticas são consideradas "águas fluviais transfronteiriças". O rio Paraná, por exemplo, é um rio que separa o Paraguai do Brasil e da Argentina. É considerado um rio sucessivo entre Brasil e Paraguai e entre Paraguai e Argentina e, considerando os países que o compartem, um rio contíguo internacional. Sob o ponto de vista da gestão ambiental, ou seja, o conjunto de ações que objetivam o uso sustentável dos recursos naturais, se as "fronteiras naturais" coincidem com as "fronteiras naturais", os problemas são menos graves, é o caso de topo de serras e cristas de montanhas. Contudo, os problemas aparecem quando a fronteira política separa um sistema natural como um rio ou um lago. A Lagoa Mirim, por exemplo, pode separar geograficamente dois países, Brasil e o Uruguai, mas constitui-se num sistema biológico e físico único. No Brasil 89% das fronteiras são naturais, sendo 55% rios e grandes lagos, 34% por cristais e cadeias de montanhas. Em decorrência das áreas fronteiricas serem muito valiosas por seus inúmeros recursos naturais, a conservação da biodiversidade se tornou um marco para a implantação de parques naturais em áreas contiguas ou próximas de fronteiras, há também, outras razões fortíssimas que justificam a elaboração desses parques, como ampliar a proteção de ecossistemas naturais ecológicos e aumentar a área efetiva de abrigo às populações animais. Esta estratégia de gestão ambiental também serve como obstáculo natural para conter as frentes migratórias externas. Na América do Sul, a Argentina é o primeiro país a criar efetivamente os parques naturais, através de medidas rápidas, econômicas e em lugares remotos, assim garantindo soberania sobre um vasto território, transformando as zonas de tensão em zonas neutras e polos turísticos, estes contribuem significativamente para a economia nacional.

4. CONCLUSÕES

A necessidade imperiosa de proteção das fronteiras para a defesa da soberania nacional concebida pela geopolítica brasileira vem dificultando a criação de unidades de conservação e reservas indígenas nessas regiões. A criação de parques nacionais ou qualquer outra categoria de área verde legalmente protegida em zonas de fronteira sempre foi considerada pelos militares brasileiros como uma "aventura extremamente perigosa" (CORREIA, 1973). Destaca-se que são consideradas fronteiras naturais às barreiras naturais de valor humano defensivo, podendo ser mares, cristais ou cadeia de montanhas, desertos, vales, rios ou lagos. Para o país os parques naturais desempenham um papel estratégico na definição de limites e a partir de razões geopolíticas e preservacionistas que impulsionaram a criação desses. Em alguns países, a implantação desses parques tem múltiplas soluções, dentre elas: o litígio na definição de limites e também aos conflitos armados, transformando-se em símbolos de paz e cooperação entre os países e assim uma união com oportunidades conjuntas. Esses símbolos têm por finalidade promover a









reconciliação entre os países, que por muitas vezes guerrilharam em prol dessas áreas. Os parques são de fundamental importância para a proteção da diversidade biológica e os variados recursos naturais e culturais associados a essas áreas fronteiriças. De acordo com Andersen (2011, p.236) transformado em um cinturão verde transcontinental, a antiga cortina de ferro, está localizada na Europa e possui mais de 30% de sua área protegida, onde foram criados vários parques naturais. Depois da Europa, a África é continente que mais possui parques transfronteiricos, hoje, os vultosos recursos advindos com o turismo nesses parques africanos vêm destituindo os predatórios safáris dos séculos passados, para tornarem-se força vital ao desenvolvimento econômico. Esses parques também podem ser oferecidos como atrações turísticas. A criação dos parques naturais também pode ser um símbolo de paz, em 1989, depois da queda do muro de Berlim, vários parques transfronteiriços foram criados onde antes ficava a Cortina de Ferro. Mais de 30% das áreas naturais protegidas da Europa estão localizadas nesse espaço. A intenção principal deste trabalho foi estabelecer alguns parâmetros iniciais que possam servir de base para o estudo dos agentes sociais e suas relações constitutivas (Tratados, Acordos e normas) para as áreas de fronteira e suas implicações a gestão do meio ambiente. Ao longo do trabalho, também foi intenção evidenciar os processos de controle de ordem jurídica-política e principalmente ambiental, nem sempre são coincidentes com os limites e propósitos instituídos nos espaços fronteiriços. Destaca-se ainda que as áreas fronteiriças vêm demonstrando uma nova dinâmica e flexibilidade ao longo dos tempos, melhorando e beneficiando as áreas de preservação ambiental. A fronteira, anteriormente vista como um muro torna-se uma ponte, de barreira a lugar de encontro. De acordo com Andersen (2011, p. 241) ainda existem táticas mantidas na atual Estratégia Nacional de Defesa do Brasil que dificultam a criação de áreas protegidas transfronteiricas, na qual se chocam com os objetivos das políticas públicas de proteção à biodiversidade e segurança da região. A continuidade dos estudos iniciados também se releva necessária e desafiadora, pois o governo brasileiro em 2013 sob a coordenação da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República do Brasil editou em primeira edição da Série Estudos Estratégicos, os estudos sobre Água e Desenvolvimento Sustentável - Recursos Hídricos Fronteiriços e Transfronteiriços do Brasil.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSEN, Sigrid. Parques naturais em faixas de fronteira: preservação ambiental e defesa nacional. In: Territórios e Fronteiras, (Re) Arranjos e Perspectivas. FRAGA, Nilson Cesar. Florianópolis: Editora Insular, 2011.

CORREIA, P.H.C. **Noções de Geopolítica do Brasil**. São Paulo: 3º Ed. Nobel, 1973.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994.

MATTOS, Carlos Meira. **Geopolítica e teoria de fronteiras: fronteiras do Brasil**. Coleção General Benício, V. 274; Rio de Janeiro, Biblioteca do Exercito, 1990.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. **Fronteira: Espaço de Referência Identitária?** Revista Ateliê Geográfico da Universidade Federal de Goiânia – UFG/IESA. V.1, n.2, Dez/2007,Goiânia-GO,2007,p.27-41. Disponível em http://www.revistas.ufg.br/index.php/atelie/article/view/3013/3051.